



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0025965-14.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Assistência Judiciária Gratuita**
 Requerente: **Jefferson Esquina Tsuchida e outro**
 Requerido: **Vanderlei Aparecido Ferro Filho**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **José Rebello Giannini**

CONCLUSÃO

Em 17/09/2013, faço estes autos conclusos ao Dr. JOSÉ PEDRO REBELLO GIANNINI, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de São Carlos. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.

No de Ordem: 2005/12

VISTOS

Da assistência judiciária gozarão aqueles que, sem prejuízo do sustento próprio e da família, não puderem prover as despesas judiciais. A declaração unilateral de pobreza torna-se meio de prova a que o próprio legislador acabou por conferir cunho de veracidade, inobstante possa ser afastada pela parte contrária.

A propósito: *“Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário”* (RSTJ 7/414).

Dessa forma, a presunção da necessidade perfaz-se com a simples alegação e para o deferimento basta a juntada aos autos da declaração de pobreza.

No presente caso, o impugnado afirmou não ter condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do próprio



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

sustento e de sua família e o impugnante alegou não ser possível a concessão porque ele (impugnado) reúne condições de arcar com as despesas do processo.

Ocorre que o impugnante não trouxe qualquer documento apto a comprovar suas alegações; limitou-se em desdizer o que fora afirmado pelo impugnado a fls. 13 dos autos principais.

É indispensável que o interessado na desconstituição da benesse demonstre que a alegação de hipossuficiência não condiz com a realidade.

Em suma: sem robusta prova do alegado não há como acolher a irresignação.

Destarte, **REJEITO A IMPUGNAÇÃO** por não conter dos autos elementos suficientes à elisão da “presunção legal” da pobreza.

P.R.I.

São Carlos, 14 de outubro de 2013.

JOSÉ PEDRO REBELLO GIANNINI
Juiz Substituto